



VARIG
Brasil

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
TRIMESTRAIS

30 DE SETEMBRO DE 2004



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em 30 de setembro de 2004, acompanhados do relatório dos auditores independentes sobre revisão especial.

1 DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores de desempenho operacional do segmento de transporte aéreo (passageiros e carga) das empresas do Grupo VARIG, estão demonstrados a seguir, comparando o desempenho de janeiro a setembro de 2004 com o de igual período do ano passado.

Estão apresentados em duas colunas: a primeira com os indicadores da VARIG Consolidados com os de sua subsidiária VARIGLOG e a segunda, incluindo os dados combinados com os das empresas relacionadas, Rio Sul e Nordeste ("holding" VPTA).



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

	VARIG e VARIG Log			VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Horas Voadas	225.875	217.634	3,8	239.511	247.409	-3,2
INTERNACIONAL	115.464	107.716	7,2	115.464	107.716	7,2
DOMÉSTICO	110.411	109.918	0,4	124.047	139.693	-11,2
Km Voados (000)	165.135	159.597	3,5	173.122	177.541	-2,5
INTERNACIONAL	91.985	86.269	6,6	91.985	86.269	6,6
DOMÉSTICO	73.150	73.328	-0,2	81.137	91.272	-11,1
Passageiros Transportados	9.128.945	8.148.263	12,0	9.552.854	9.243.959	3,3
INTERNACIONAL	3.007.500	2.740.171	9,8	3.007.500	2.740.171	9,8
DOMÉSTICO	6.121.445	5.408.092	13,2	6.545.354	6.503.788	0,6
Ass x Km Oferecidos (000)	28.861.903	27.982.233	3,1	29.284.623	29.365.842	-0,3
INTERNACIONAL	19.291.485	18.930.117	1,9	19.291.485	18.930.117	1,9
DOMÉSTICO	9.570.418	9.052.116	5,7	9.993.138	10.435.725	-4,2
Pax x Km Transportados (000)	20.862.956	19.806.937	5,3	21.127.666	20.577.096	2,7
INTERNACIONAL	14.682.620	14.191.923	3,5	14.682.620	14.191.923	3,5
DOMÉSTICO	6.180.336	5.615.014	10,1	6.445.046	6.385.173	0,9
Aproveitamento (%) Pax x Km	72%	71%	1p.p.	72%	70%	2p.p.
INTERNACIONAL	76%	75%	1p.p.	76%	75%	1p.p.
DOMÉSTICO	65%	62%	3p.p.	64%	61%	3p.p.
Ton x Km de Carga + MP (000)	970.764	817.481	18,8	971.530	820.681	18,4
INTERNACIONAL	808.279	681.941	18,5	808.279	681.941	18,5
DOMÉSTICO	162.485	135.540	19,9	163.251	138.740	17,7



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

Observamos a evolução de 2 pontos percentuais no índice de ocupação combinado, que passou de 70% em 2003 para 72% em 2004, um dos mais altos da indústria, refletindo o excelente nível de aceitação dos nossos clientes usuários. A oferta global (Assentos Km Oferecidos) teve uma ligeira redução de 0,3%, provocada pelo ajuste da malha doméstica (-4,2%) compensada pelo crescimento de 1,9% no tráfego internacional. A demanda teve aumentos significativos de 0,9% e 3,5% respectivamente nos setores doméstico e internacional.

Destacamos, ainda, o expressivo aumento da carga transportada em nossos aviões de passageiros e de cargueiros exclusivos, da ordem de 18,4% em relação a 2003, principalmente no âmbito internacional.

2 FROTA

No quadro abaixo demonstramos a composição da frota, dividida em aeronaves operacionais e fora de operação.

Modelo de aeronaves	VARIG e VARIG Log		VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE	
	2004	2003	2004	2003
Aeronaves operacionais				
ERJ 145	-	-	4	10
B - 737/300	25	19	32	26
B - 737/400	4	-	4	-
B - 737/500	-	-	13	12
B - 737/700	-	-	2	3
B - 737/800	2	2	2	2
B - 757/200	2	-	2	-
B - 767/300	8	8	8	8
B - 777/200	4	2	4	2
MD - 11	14	9	14	9
B - 727/100 (Cargo)	2	1	2	1
B - 727/200 (Cargo)	4	2	4	2
DC - 10/30 (Cargo)	3	2	3	2
TOTAL	68	45	94	77
PASSAGEIROS	59	40	85	72
CARGUEIROS	9	5	9	5
Aeronaves fora de operação				
ERJ 145	-	-	7	5
B - 737/200	2	-	2	-
B - 737/300	-	6	-	6
B - 737/500	-	-	-	2
MD - 11	3	4	3	4
B - 727/100 (Cargo)	2	2	2	2
B - 727/200 (Cargo)	-	2	-	2
DC - 10/30	-	1	-	1
TOTAL	7	15	14	22
PASSAGEIROS	5	10	12	17
CARGUEIROS	2	5	2	5
Total da frota de aeronaves				
TOTAL	75	60	108	99
PASSAGEIROS	64	50	97	89
CARGUEIROS	11	10	11	10

A frota operacionalmente ativa, conta com 94 aeronaves (85 de passageiros e 9 cargueiros), sendo 29 unidades de grande porte e 65 de menor porte. As 14 aeronaves fora de operação, estão sendo objeto de devolução ou de renegociação junto aos arrendadores e resultam do rigoroso programa de reestruturação interna da malha aeroviária doméstica.



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

3 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

No quadro a seguir demonstramos os principais componentes do resultado consolidado (VEM e VARIGLOG) das operações da VARIG (inclui VARIG LOG e VEM), resultado da VARIG controladora e combinado com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste (“holding” VPTA) que reflete as operações com passageiros.

(valores em milhares de reais)

	VARIG CONSOLIDADO (inclui VARIG LOG e VEM)		VARIG CONTROLADORA		VARIG, RIO SUL e NORDESTE	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Receita Líquida	6.238.201	5.732.573	5.234.738	4.874.803	5.375.096	5.171.008
Operações de voo						
Receita líquida (3.1.1)	5.878.123	5.424.134	5.041.217	4.738.259	5.181.015	5.034.191
Custo dos serviços prestados (3.1.2)	(4.245.058)	(3.884.235)	(3.725.135)	(3.487.360)	(3.871.328)	(3.738.396)
Despesas comerciais	(1.356.841)	(1.270.515)	(1.024.351)	(982.221)	(1.049.525)	(1.051.712)
Despesas administrativas	(159.636)	(143.694)	(129.137)	(110.670)	(137.601)	(126.308)
Resultado das operações de voo (3.1)	116.588	125.690	162.594	158.008	122.561	117.775
Resultado de acordos operacionais	(92.402)	(36.515)	(92.402)	(36.515)	-	-
Resultado de outras operações	98.841	29.519	49.916	(27.753)	50.457	(27.664)
Resultado da atividade - EBIT (3.2)	123.027	118.694	120.108	93.740	173.018	90.111
Participação frente a receita líquida	2,1%	2,2%	2,4%	2,0%	3,3%	1,8%

A receita líquida consolidada da VARIG no período atingiu R\$6,2 bilhões com um incremento de 8,82% no período; considerando as receitas da Rio Sul e Nordeste a receita líquida chega a R\$6,4 bilhões que representa uma variação positiva de 5,8%.

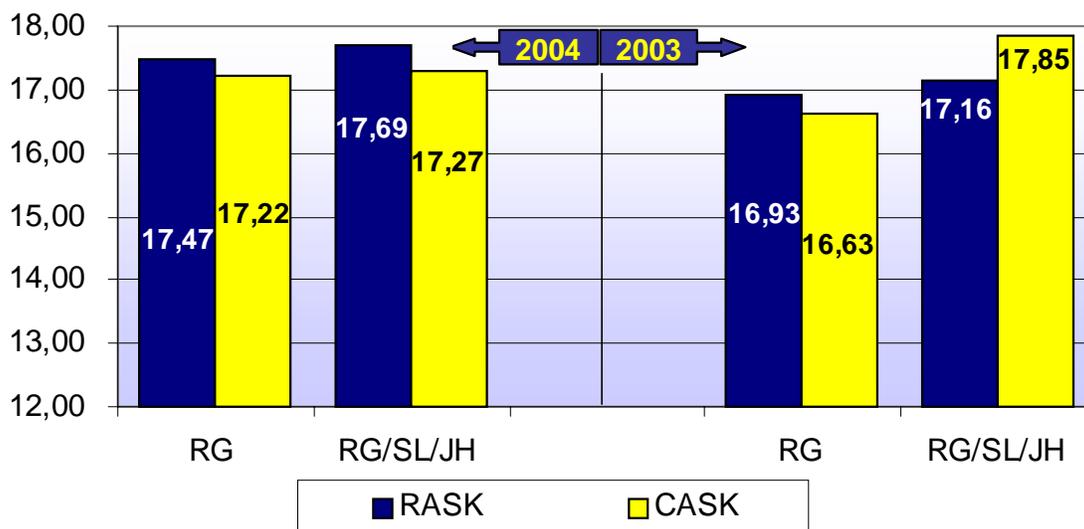
3.1 RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE VÔO DE PASSAGEIROS

As operações de voo de passageiros estão passando, nestes últimos dois anos, por profundas modificações visando a adequação da oferta de serviços à demanda verificada em cada uma das regiões e rotas em que a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste operam.

Os benefícios destas modificações podem ser notados nos resultados das operações de vôos - passageiros. Na VARIG, a lucratividade foi 3% maior com relação ao lucro apresentado em 2003 chegando a R\$163 milhões. Considerando-se os resultados combinados, verificamos um aumento de lucratividade de 4%, fechando com um lucro das operações de voo de R\$123 milhões.

Com o objetivo de visualizar a melhoria do resultado das operações de voo, demonstramos a seguir, o gráfico com a análise gerencial da evolução do RASK (receita unitária por ass/km) e do CASK (custo por ass/km), apresentada em reais.

DOMÉSTICO E INTERNACIONAL



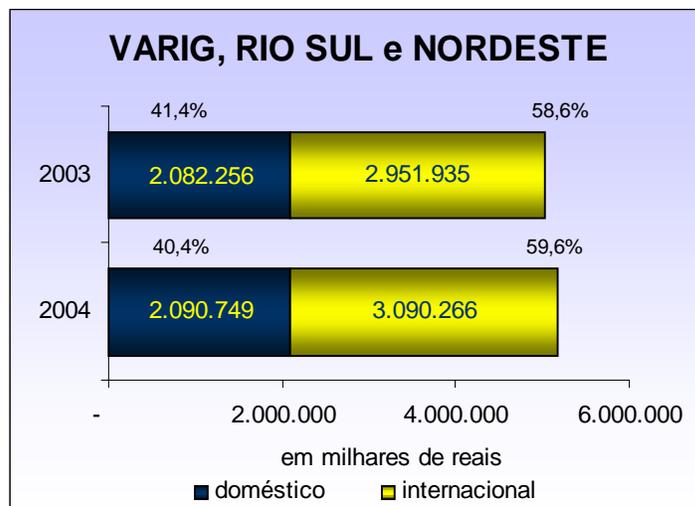
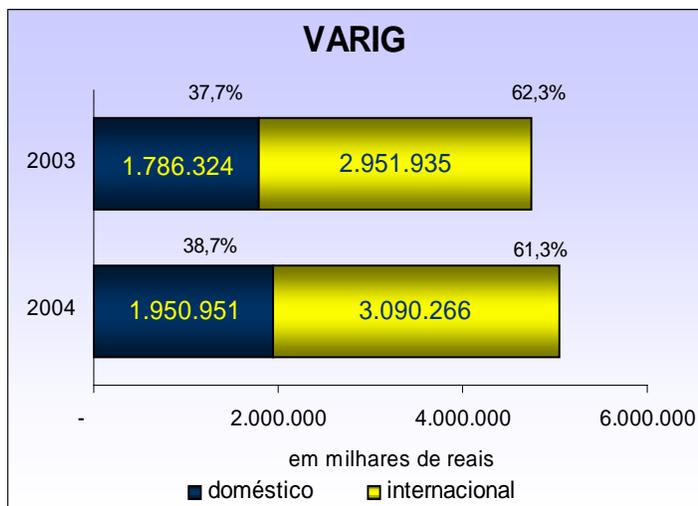
VARIG (RG) – Rio Sul (SL) – Nordeste (JH)

3.1.1 RECEITA LÍQUIDA DE VÔO (PASSAGEIROS)

A receita líquida de vôo da VARIG para o período de janeiro a setembro de 2004, quando comparada ao mesmo período de 2003, mostra um crescimento nominal de 6,4% e isto, em parte, é explicado pelo aumento na quantidade de passageiros/km transportados (5,3%).

Quando se compara a receita líquida de vôo combinada das três empresas (VARIG, Rio Sul e Nordeste) verifica-se aumento nominal na ordem de 2,9%. O aumento de 2,7% na demanda combinada passageiros/km transportados contribuiu para esta variação.

A receita líquida de vôos domésticos e internacionais apresentou a seguinte composição:



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

O expressivo volume de receitas internacionais, apresenta compatibilidade com os custos, que em sua maioria ocorrem em moeda forte.

3.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

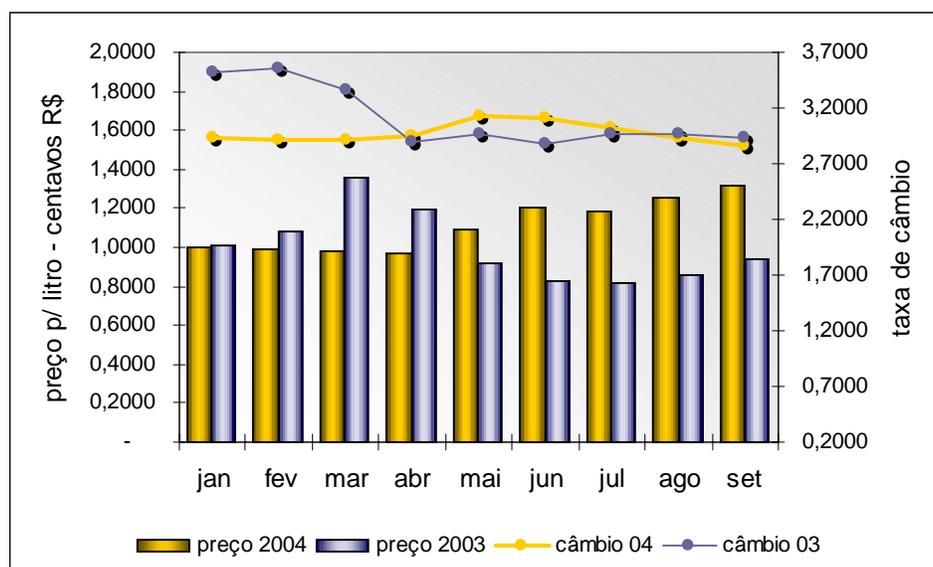
Apesar da VARIG, em conjunto com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste atuar permanentemente em programas de contenção de despesas e redução dos custos, seus resultados estão sujeitos a fatores externos para os quais, no momento, não é possível implementar eficientes programas de proteção. Entre esses fatores, destacam-se o preço do petróleo no mercado mundial e a volatilidade da moeda brasileira.

No caso da VARIG, ao final do terceiro trimestre o combustível, insumo que representa aproximadamente 35% dos custos dos serviços prestados mostrou um aumento de preço de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior:

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	1.318.858	1.121.234	17,6	1.350.178	1.208.099	11,8
Combustível x custo de vôo	35,4%	32,2%	3,3p.p.	34,9%	32,3%	2,6p.p.
Consumo em litros (mil)	1.185.156	1.131.371	4,8	1.211.138	1.200.183	0,9
Custo por litro (centavos R\$)	111,3	99,1	12,3	111,5	100,7	10,7

Salienta-se o fato de que, nesse período, o custo do combustível está superior em aproximadamente 67% ao registrado no ano de 2002.

O comportamento do preço do combustível durante os primeiros nove meses de 2004, comparado com igual período de 2003, e sua correlação com a taxa de câmbio (real/dólar), pode ser visto a seguir:





RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

Quando comparados, o primeiro, segundo e o terceiro trimestres, fica evidenciado um incremento substancial no preço do combustível em reais, oriundo do aumento de preço em dólares do insumo no mercado externo. O quadro abaixo compara estes períodos.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	3T04	2T04	1T04	3T04	2T04	1T04
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	509.779	423.740	385.339	523.532	435.277	391.369
Combustível x custo de voo	36,1%	36,5%	33,5%	35,9%	35,1%	33%
Consumo em litros (mil)	409.662	389.362	386.132	418.526	397.915	394.697
Custo por litro (centavos R\$)	124,4	108,8	99,8	125,1	109,4	99,2

Outro item importante na composição dos custos operacionais é o arrendamento de aeronaves representando cerca de 14%. Este custo apresentou redução obtida com a adequação da frota e de preços renegociados, além da redução com a valorização do Real frente ao dólar norte americano, já que este insumo é denominado em moeda norte americana.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Despesas c/ arrendamento (R\$ mil)	505.458	528.610	-4,4	533.864	597.200	-10,6
Arrendamento x custo de voo	13,6%	15,2%	-1,6p.p.	13,8%	16,0%	-2,2p.p.

3.2 RESULTADO DA ATIVIDADE

Por consequência o resultado da atividade da VARIG consolidado atingiu R\$123 milhões em 2004 – R\$118,6 milhões em 2003 – representando margem (EBIT) de 2,1% em 2004 (2,2% em 2003).

Considerando a atividade combinada da VARIG, Rio Sul e Nordeste o resultado positivo em 2004 alcança os R\$173 milhões e a margem fica em 3,3% (1,8% em 2003).

4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 RESULTADO FINANCEIRO

As despesas financeiras registradas são da ordem de R\$398 milhões em 2004 (R\$259 milhões em 2003), com incremento de 54%, destacando-se o encargo financeiro sobre o parcelamento especial (PAES), que corresponde a R\$221 milhões e cujo índice de correção é a TJLP.

A consolidação dos passivos de contingências junto à Receita Federal e INSS, transformados em dívida parcelada através do programa "PAES", exige a correção do valor total pela TJLP, impondo constantes acréscimos a essa dívida, gerando despesas financeiras contábeis de dívida pactuada em 15 anos, mas que são reconhecidas pelo regime de competência, porém, sem efeitos imediatos no fluxo de caixa.



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

As variações monetárias e cambiais apuradas no período converteram-se em perdas de R\$26 milhões (ganhos de R\$235 milhões em 2003) e estão compostas principalmente por variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos; variações monetárias vinculadas a correções por índices internos de inflação de empréstimos e financiamentos; e variações cambiais apuradas sobre ativos e passivos vinculados à atividade principal da Companhia.

Em setembro de 2004, o Real, em relação ao dólar norte-americano, teve uma valorização de 1,06% quando comparado a dezembro de 2003; contra 17,2% no período de janeiro a setembro de 2003.

4.2 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS

As outras receitas e despesas operacionais são compostas, basicamente, por:

- Despesa com provisão do passivo atuarial, item gerado pela condição de patrocinadora do plano de aposentadoria AERUS – R\$194,9 milhões – conforme determinado pela CVM, através da Deliberação nº 371;
- Despesa para constituição de outras contingências – R\$52 milhões e
- Receita de R\$99 milhões, gerada pela restituição dos valores de ICMS recolhidos indevidamente sobre a prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros, conforme o decreto nº 36.174. O Rio de Janeiro torna-se assim o primeiro Estado da Federação a cumprir as determinações do Supremo Tribunal Federal que, em sentença, já havia decidido pela inconstitucionalidade das cobranças. O decreto permite que a VARIG transfira o direito a terceiros.
- Ajustes redutores nas contas de Transportes a Executar e Programa de Fidelidade Smiles;

4.3 RESULTADO DO PERÍODO

O resultado final do período foi negativo no montante de R\$ 305 milhões, em decorrência essencial dos custos financeiros contabilizados (item 4.1); assim mesmo, apresenta redução de 43% quando comparado ao mesmo período do ano passado (R\$ 533 milhões).

5 PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

O passivo a descoberto em 30 de setembro de 2004 é de R\$6,7 bilhões, contudo, a Companhia possui créditos contingentes, créditos estes, cujos montantes, foram confirmados por trabalhos efetuados por consultorias independentes, que se registrados, produziram os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

- Créditos tributários, representados por ICMS a recuperar, referentes ao período de maio de 1989 a junho de 1994 no valor de aproximadamente R\$1,3 bilhão;
- Crédito da ação de defasagem tarifária no valor líquido estimado de R\$3 bilhões;
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias no valor líquido de R\$2,3 bilhões.

Caso as regras contábeis em vigor permitissem os registros desses créditos, o Patrimônio Líquido da Companhia seria sensivelmente modificado.



RELATÓRIO DO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO – 2004 E 2003

6 CONCESSÃO DE LINHAS

Em 29 de setembro de 2004 foi assinado o decreto n° 5.218 autorizando a prorrogação do prazo para assinatura de concessão outorgada à Companhia para execução de serviços de transportes aéreos. Com base no referido decreto o prazo para assinatura do contrato de concessão de serviço público de que trata o artigo 2º do Decreto n° 4.856, de 9 de outubro de 2003, e Decreto n° 5.034, de 5 de abril de 2004, foi prorrogado até 10 de abril de 2005.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro, 30 de junho de 2004 e 31 de dezembro 2003
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Set/04	Jun/04	Dez/03	Set/04	Jun/04	Dez/03
CIRCULANTE						
Disponibilidades	90.026	106.571	137.773	107.358	116.812	159.968
Contas a receber	639.214	685.218	618.176	795.235	852.779	797.364
Empresas relacionadas	45.861	4.254	13.278	12.432	10.740	118.956
Depósitos especiais	75.423	30.254	43.300	84.928	42.063	57.772
Estoques	26.257	32.389	21.771	278.178	248.051	173.077
Pagamentos antecipados	123.926	177.831	181.483	141.410	197.038	199.325
CIRCULANTE	1.000.707	1.036.517	1.015.781	1.419.541	1.467.483	1.506.462
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Empresas relacionadas	554.278	517.323	384.534	489.367	468.016	382.912
Depósitos especiais	185.602	227.962	188.045	186.662	229.009	189.903
Créditos tributários	183.102	88.086	79.855	203.340	103.808	96.133
Outros créditos	41.936	42.800	42.042	43.695	42.800	42.042
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	964.918	876.171	694.476	923.064	843.633	710.990
PERMANENTE						
Investimentos	502.154	511.438	523.490	22.370	25.367	14.336
Imobilizado	196.938	195.053	208.157	539.951	514.079	602.238
Diferido	-	-	-	-	-	-
PERMANENTE	699.092	706.491	731.647	562.321	539.446	616.574
PASSIVO A DESCOBERTO	6.661.974	6.923.745	6.356.925	6.661.974	6.923.745	6.356.925
TOTAL DO ATIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	9.326.691	9.542.924	8.798.829	9.566.900	9.774.307	9.190.951



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro, 30 de junho de 2004 e 31 de dezembro 2003
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Set/04	Jun/04	Dez/03	Set/04	Jun/04	Dez/03
CIRCULANTE						
Fornecedores	497.375	435.278	289.176	528.144	457.469	324.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	338.245	566.816	602.512	358.969	569.205	617.010
Financiamentos de obrigações fiscais	225.406	229.712	220.259	249.845	263.483	233.999
Taxas, impostos e contribuições	293.590	253.295	243.241	327.372	277.431	265.043
Salários e encargos sociais	55.039	122.532	107.875	162.449	216.889	185.440
Arrendamento mercantil a pagar	189.593	178.246	123.114	226.608	217.162	156.768
Empresas relacionadas	63.415	26.020	81.949	53.290	26.374	98.468
Contas a pagar	235.891	252.825	270.131	266.052	278.320	310.900
Transportes a executar	604.546	852.054	726.679	610.810	866.664	744.907
Provisões diversas	208.252	301.787	334.584	242.622	331.141	355.335
CIRCULANTE	2.711.352	3.218.565	2.999.520	3.026.161	3.504.138	3.292.808
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.844.472	1.843.307	1.883.218	1.859.930	1.854.086	1.894.555
Financiamentos de obrigações fiscais	3.059.230	2.963.537	2.945.163	3.116.498	3.020.872	3.014.959
Empresas relacionadas	194.348	167.507	37.601	33.180	32.078	29.055
Arrendamento mercantil a pagar	106.674	110.346	90.160	106.674	110.346	90.160
Provisão passivo atuarial	405.739	333.627	210.819	413.570	340.811	216.065
Provisões para contingências	1.004.876	906.035	632.348	1.010.836	911.877	638.190
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.615.339	6.324.359	5.799.309	6.540.688	6.270.070	5.882.984
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	-	51	99	15.159
TOTAL DO PASSIVO	9.326.691	9.542.924	8.798.829	9.566.900	9.774.307	9.190.951



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos de janeiro a setembro de 2004 e de 2003
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	Julho a setembro		Janeiro a Setembro	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas de voo	1.915.696	1.629.340	5.155.233	4.833.280
Outras receitas operacionais	93.516	46.985	212.911	136.544
Impostos sobre receita	(35.891)	(38.878)	(133.406)	(95.021)
Receita operacional líquida	1.973.321	1.637.447	5.234.738	4.874.803
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos de voo	(1.473.385)	(1.055.796)	(3.725.135)	(3.487.360)
Resultado de acordo operacionais	(30.795)	8.473	(92.402)	(36.515)
Outros custos operacionais	3.534	(48.871)	(143.605)	(164.297)
	(1.500.646)	(1.096.194)	(3.961.142)	(3.688.172)
LUCRO BRUTO	472.675	541.253	1.273.596	1.186.631
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas comerciais	(363.876)	(370.143)	(1.024.351)	(982.221)
Honorários da administração	(932)	(925)	(2.658)	(2.817)
Despesas administrativas	(46.503)	(33.022)	(126.479)	(107.853)
RESULTADO DA ATIVIDADE	61.364	137.163	120.108	93.740
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS				
Receitas financeiras	7.045	2.234	13.897	6.065
Despesas financeiras	(123.522)	(81.664)	(393.195)	(238.710)
Despesas financeiras sobre contratos de leasing	(1.012)	(6.552)	(4.981)	(20.656)
Variações monetárias de obrigações e créditos	102.051	(50.401)	(25.856)	234.777
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(6.867)	(18.728)	(20.294)	(31.861)
	(22.305)	(155.111)	(430.429)	(50.385)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(9.012)	(15.969)	(20.764)	(904)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS	237.680	(197.341)	35.760	(563.303)
RESULTADO OPERACIONAL	267.727	(231.258)	(295.325)	(520.852)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(5.955)	(11.655)	(9.723)	(12.610)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	261.772	(242.913)	(305.048)	(533.462)
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FINAL DO PERÍODO EM R\$	3,74	(3,47)	(4,36)	(7,63)



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos de janeiro a setembro de 2004 e de 2003
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Julho a Setembro		janeiro a setembro	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas de voo	2.151.625	1.829.073	6.031.515	5.542.947
Outras receitas operacionais	170.358	117.848	400.482	328.310
Impostos sobre receita	(56.401)	(55.304)	(193.796)	(138.684)
Receita operacional líquida	2.265.582	1.891.617	6.238.201	5.732.573
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos de voo	(1.586.364)	(1.188.430)	(4.245.058)	(3.884.235)
Resultado de acordos operacionais	(30.795)	8.473	(92.402)	(36.515)
Outros custos operacionais	(35.570)	(79.806)	(240.326)	(264.594)
	(1.652.729)	(1.259.763)	(4.577.786)	(4.185.344)
LUCRO BRUTO	612.853	631.854	1.660.415	1.547.229
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas comerciais	(485.039)	(454.061)	(1.368.419)	(1.274.635)
Honorários da administração	(1.305)	(1.223)	(3.778)	(3.710)
Despesas administrativas	(61.037)	(45.848)	(165.191)	(150.190)
RESULTADO DA ATIVIDADE	65.472	130.722	123.027	118.694
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS				
Receitas financeiras	7.722	3.684	16.491	10.867
Despesas financeiras	(126.775)	(82.276)	(403.863)	(252.894)
Despesas financeiras sobre contratos de leasing	(1.012)	(6.552)	(4.981)	(20.656)
Variações monetárias de obrigações e créditos	101.312	(53.234)	(23.456)	228.808
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(7.051)	(18.971)	(21.128)	(32.604)
	(25.804)	(157.349)	(436.937)	(66.479)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(2.688)	(915)	(5.813)	(2.983)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS	231.870	(201.335)	29.950	(568.574)
RESULTADO OPERACIONAL	268.850	(228.877)	(289.773)	(519.342)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(7.079)	(9.294)	(15.280)	(9.221)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(4.960)	-	(4.960)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	1	218	5	61
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	261.772	(242.913)	(305.048)	(533.462)



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

A FRB-Par Investimentos S.A., controladora da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), VARIG Participação em Transportes Aéreos S.A. e VARIG Participação em Serviços Complementares S.A., e a TAM S.A., controladora da TAM Linhas Aéreas S.A., assinaram, em 6 de fevereiro de 2003, um Protocolo de Entendimentos objetivando uma solução conjunta para as dificuldades enfrentadas pelas empresas, em virtude da grave crise que afeta a indústria de aviação comercial. O Protocolo contempla a possível criação de uma nova empresa, cujo capital seria integralizado com as participações acionárias das suas assinantes nas entidades acima indicadas. Ainda como resultado do Protocolo, as empresas operacionais estão, desde 10 de março de 2003, utilizando-se do sistema de compartilhamento de vôos (“code sharing”) e efetuaram uma reorganização parcial de suas rotas e frequências.

Estudos desenvolvidos pelas empresas e seus assessores culminaram na apresentação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em 10 de fevereiro de 2004, de uma proposta de ações que contribuiriam para a evolução da associação entre as empresas, prevista no Protocolo de Entendimentos. As principais ações contempladas, que reconhecem as mudanças no cenário da indústria da aviação civil desde a data de assinatura do Protocolo de Entendimentos até a apresentação ao CADE, são:

- a) Criação de uma sociedade prestadora de serviços (gerenciamento dos vôos compartilhados), com pequeno quadro de funcionários e controle igualmente distribuído entre as assinantes do Protocolo de Entendimentos, cujos objetivos serão:
 - Aprimorar a integração das empresas, no que se refere ao sistema de compartilhamento de vôos.
 - Acelerar a transferência de benefícios aos consumidores, principalmente através da aceitação recíproca de bilhetes nas rotas compartilhadas.
- b) Manutenção das atuais estruturas societárias e gestão individual das empresas operacionais por um prazo estimado em até 24 meses. Nesse período será avaliada a viabilidade de uma futura fusão de ativos e passivos das empresas.

Em adição aos entendimentos com empresa congênera, anteriormente resumidos, a Administração da Companhia implementou uma série de ações para o restabelecimento do seu equilíbrio econômico-financeiro e da sua posição patrimonial, a recuperação da sua lucratividade e a necessária geração de caixa. Entre outras, as principais ações adotadas incluem renegociações com arrendadoras de aeronaves e principais fornecedores objetivando o alongamento e a reestruturação de suas dívidas, a readequação da sua frota de aeronaves e do seu quadro funcional e o Pedido de Parcelamento Especial de tributos.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultados, individual e consolidada, foram elaborados e estão sendo apresentados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados no encerramento do último exercício social.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações contábeis consolidadas e os saldos e as transações intercompanhias eliminados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b. Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco com a realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d. Transações em Moeda Estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços patrimoniais. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e. Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f. Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g. Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de mercado é o atual custo de aquisição das peças de reposição. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para adequá-los ao valor provável de realização.

j. Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k. Financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

l. Contratos de Arrendamento de Aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor de suas respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

n. Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o Programa Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas voadas para suprir o transporte de passageiros com direito ao prêmio Smiles.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

p. Reconhecimento da Receita

As receitas de vendas são reconhecidas quando da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas, cujos serviços não foram prestados, permanecem na conta "Transportes a executar" no passivo circulante. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A., os resultados globais auferidos são distribuídos entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

q. Plano de Pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, referentes ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência. Os custos estimados dos benefícios definidos são provisionados de acordo com o período de serviço do funcionário.

r. Prejuízo por Ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços patrimoniais.

s. Uso de Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	Set-04	Jun-04	Set-04	Jun-04
▪ Em sociedades controladas:				
VARIG Logística S.A.	2.726	5.400	-	-
Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	8.500	11.331	8.500	11.331
VARIG Engenharia e Manutenção S.A.	477.058	480.671	-	-
▪ Outros	13.870	14.036	13.870	14.036
	<u>502.154</u>	<u>511.438</u>	<u>22.370</u>	<u>25.367</u>

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumariadas a seguir:

Empresas	2004				
	Participação no capital social - %	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado Do Período	Equivalência Patrimonial
VARIG Logística S.A.	99,88	231.832	2.729	(3.062)	(3.058)
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	49,00	10.436	17.345	(11.863)	(5.813)
VARIG Engenharia e Manutenção S.A.	99,99	501.294	477.106	(11.894)	(11.893)
					<u>(20.764)</u>



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

A participação da Companhia nos resultados da Pluna Líneas Aéreas Uruguayas S.A. foi reconhecida através de equivalência patrimonial, com base em demonstração de resultados preliminar. As informações financeiras atualmente disponíveis não evidenciam a necessidade de nenhum ajuste relevante que possa impactar significativamente a posição patrimonial e financeira da controladora.

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	Curto prazo				Longo prazo				Resultado Operacional	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		Set/04	Set/03
	Set/04	Jun/04	Set/04	Jun/04	Set/04	Jun/04	Set/04	Jun/04		
▪ SATA Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	44.571	12.273	-	-	-	-	(44.569)	(71.909)
▪ Rio Sul Linhas Aéreas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.448)	18.345
▪ Nordeste Linhas Aéreas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.836)	22.693
▪ Fundação Ruben Berta	1.247	806	3.167	1.653	229	-	33.180	32.078	-	-
▪ Companhia Tropical de Hotéis	1.312	859	1.596	1.512	-	-	-	-	(1.017)	(2.202)
▪ Varig Participações em Transportes Aéreos S.A.	-	-	-	-	155.993	130.912	-	-	-	-
▪ Varig Participações em Serviços Complementares S.A.	-	-	-	-	333.145	329.841	-	-	-	-
▪ FRB-Par Investimentos S.A.	2	-	-	-	-	1.760	-	-	-	(893)
▪ Amadeus Brasil Ltda.	-	-	-	9.900	-	3.241	-	-	-	(2.006)
▪ Rotatur S.A..	-	-	1.365	900	-	-	-	-	-	-
▪ Outras	9.871	9.075	2.591	136	-	2.262	-	-	-	-
	<u>12.432</u>	<u>10.740</u>	<u>53.290</u>	<u>26.374</u>	<u>489.367</u>	<u>468.016</u>	<u>33.180</u>	<u>32.078</u>	<u>(94.870)</u>	<u>(35.972)</u>

Os ativos de curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços referentes a serviços de transporte de passageiros e carga.

Os passivos de curto prazo referem-se, sobretudo, à prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços auxiliares de pista e manuseio de carga.

Os ativos de longo prazo referem-se a empréstimos de mútuo por assunção de dívida da Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. com a INFRAERO e empréstimo de mútuo, com juros variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes às realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

6. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 30 de setembro de 2004, totaliza R\$236.986 e R\$2.133.124, respectivamente, e serão exigidos nos seguintes períodos:

	<u>Financeiro</u>	<u>Operacional</u>
▪ 2004	13.052	187.747
▪ 2005	59.861	595.770
▪ 2006	156.547	415.215
▪ 2007	4.627	300.254
▪ 2008	2.899	230.704
▪ Após 2008	-	403.434
	<u>236.986</u>	<u>2.133.124</u>

7. IMPOSTO DE RENDA

Em 30 de setembro de 2004, o saldo de prejuízo fiscal consolidado é de R\$5.204.127 e de base negativa de contribuição social é de R\$5.321.461; para os quais não há prazo-limite para a utilização.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 30 de setembro de 2004 certas cláusulas referentes ao contrato de empréstimo obtido através de operação de securitização nos Estados Unidos não estão sendo cumpridas. A Companhia está mantendo negociações com essa entidade objetivando a regularização do assunto e, conseqüentemente, evitar o vencimento antecipado da dívida. As parcelas vincendas relativas a esse contrato foram reclassificadas para o curto prazo. Quanto aos demais credores, a VARIG vem negociando caso a caso com vistas a chegar a um termo adequado para ambas as partes.

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como conseqüência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. Em 31 de agosto de 2003, o valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da TJLP.

Não obstante os valores do PAES não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas. A Companhia amparada por mediadas liminares, suportando a utilização de créditos fiscais e previdenciários para compensação com débitos vincendos, está adotando o procedimento de liquidar certas parcelas de tributos incluídos no PAES com créditos fiscais e previdenciários. As liquidações das parcelas com base nas compensações também estão sujeitas a homologação pelas autoridades competentes. Em 30 de setembro de 2004 considerando que as compensações não haviam sido homologadas o montante de R\$133.982 foi registrado na rubrica provisão para contingências.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

10. CONTAS A PAGAR

É a seguinte a composição dos saldos de contas a pagar:

	Controladora	
	Set/04	Jun/04
Reserva de manutenção de aeronaves	106.334	90.110
INFRAERO - SUCOTAP (*)	16.372	42.713
Notas promissórias a pagar	36.749	37.809
Serviços de "handling"	12.602	14.551
Congêneres a pagar	16.372	2.142
Adiantamento de serviços prestados	36.086	28.315
Seguros a pagar	10.015	22.074
Outras	1.361	15.111
	<u>235.891</u>	<u>252.825</u>

(*) A Companhia está em processo de negociação com a INFRAERO sobre as faturas não liquidadas.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2004, foi provisionado o montante de R\$1.004.876 (R\$906.035 em 30 de junho de 2004), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	Set/04	Jun/04	Set/04	Jun/04
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	899.604	800.648	902.468	803.508
Trabalhistas	105.272	105.387	108.368	103.369
Outras, tributárias	-	-	-	5.000
	<u>1.004.876</u>	<u>906.035</u>	<u>1.010.836</u>	<u>911.877</u>

Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

As seguintes principais ações estão em andamento:

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a setembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$170.260 em 30 de setembro de 2004 (R\$163.017 em 30 de junho de 2004) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$132.253 em 30 de setembro de 2004 (R\$127.897 em 30 de junho de 2004).
- iii) Finsocial - Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, em 2003, valores recolhidos a mais a título de Finsocial com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 30 de setembro de 2004, uma provisão no montante de R\$ 177.332 (R\$ 178.377 em 30 de junho de 2004), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de abril de 1999 a setembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$80.309 em 30 de setembro de 2004 e estão provisionados (R\$75.755 em 30 de junho de 2004).

- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a setembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$86.238 em 30 de setembro de 2004 e estão provisionados (R\$80.835 em 30 de junho de 2004).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 30 de setembro de 2004 é de R\$ 50.437 (R\$ 50.249 em 30 de junho de 2004).
- vii) Fundo Aeroviário - FA – A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 30 de setembro de 2004, uma provisão no montante de R\$ 142.531 (R\$ 83.111 em 30 de junho de 2004) correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Além dos assuntos discutidos, para os quais foram registradas provisões para prováveis perdas, a Companhia está movendo contra os órgãos competentes a seguinte principal ação, que, na avaliação de seus assessores legais, terá desfecho favorável e, portanto, não requerer o registro contábil de uma provisão:

- As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Contingências trabalhistas

Em 30 de setembro de 2004, a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$165.515. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$ 105.272 (R\$105.387 em 30 de junho de 2004) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações.

Créditos contingentes

Diferença tarifária - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeira e segunda instâncias e teve seu valor fixado na época, em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

A Companhia, até o momento, não reconheceu em suas demonstrações financeiras o referido crédito.

Crédito de ICMS - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuados entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que montavam a aproximadamente R\$1,3 bilhão em 30 de setembro de 2004. Esse crédito só será reconhecido nas demonstrações financeiras no momento de sua efetiva realização.

12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas, são:

	<u>Controladora</u>
▪ Passivo atuarial – AERUS	(194.920)
▪ Recuperação ICMS – Rio de Janeiro (a)	99.433
▪ Provisão para contingências	(52.364)
▪ Receita pela expiração de bilhetes emitidos (b)	120.975
▪ Programa de Fidelidade – Smiles (c)	83.622
▪ Outros resultados	(20.986)
	<u>35.760</u>



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

(a) Crédito de ICMS

Em 03 de setembro de 2004, considerando principalmente que o Supremo Tribunal Federal já havia julgado inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo de passageiros prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996, o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a Companhia a transferir e utilizar os créditos de ICMS recolhidos indevidamente no período compreendido entre maio de 1989 e junho de 1994.

(b) Receita pela expiração de bilhetes emitidos

Refere-se a baixa de bilhetes de passagem aérea registrados no balanço patrimonial na rubrica transporte a executar, emitidos e não voados dentro do prazo limite de um ano, contados a partir da data de sua emissão

(c) Programa de Fidelidade - Smiles

A Companhia, com base em avaliação técnica atuarial realizada por especialista independente, está finalizando o processo de reavaliação da utilização das milhas acumuladas no programa de fidelidade – Smiles, conquistados por seus clientes e não resgatadas, assim como dos custos adicionais por passageiro transportado, denominado “custo incremental”, para valorização das milhas acumuladas e não resgatadas. Em 30 de setembro de 2004 a Companhia finalizou a reavaliação do custo incremental, atualmente representados por custos de seguro, “catering” e conforto, para a valorização das milhas acumuladas e não resgatadas; como consequência a Companhia registrou uma reversão da provisão para o programa de Milhagens Smiles no montante de R\$83.622 mil.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir-se a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas abaixo não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 30 de setembro de 2004, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

- (a) Caixa e Bancos, Aplicações Financeiras, Contas a Receber, Outros Ativos Circulantes e Contas a Pagar – O valor contabilizado de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar aproxima-se do valor de realização.
- (b) Investimentos – Consistem principalmente de controladas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Sociedade. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.
- (c) Empréstimos e Financiamentos – Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis para a Sociedade para operações com termos e vencimentos similares foram utilizados para estimar o valor de realização, o qual não difere materialmente do valor registrado
- (d) Financiamentos de Taxas e Contribuições – As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas aos financiamentos.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

- (e) Derivativos – São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. A Sociedade não opera com derivativos com o propósito de especulação.
- (f) Risco de crédito – A Sociedade pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de serviços de manutenção de aeronaves e de bilhetes através de agentes de viagens e ou vendas diretas. Para reduzir este risco, é realizada análise de crédito dos agentes de viagens.
- Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.
- (g) Risco com taxa de juros – Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade não opera com contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco em algumas operações.
- (h) Risco com taxa de câmbio – Este risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Sociedade é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda forte.

14. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 01 de julho de 2004 a Companhia como patrocinadora do AERUS assinou Instrumento Particular de Reconhecimento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial, apurado através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável.

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com o AERUS superar em R\$ 267.543 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 30 de setembro de 2004, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como consequência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 30 de setembro de 2004, no valor de R\$405.739 mil, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

celebrado com o AERUS, no montante de R\$ 673.282 mil, sendo a parcela excedente, no valor de R\$ 267.543 mil, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto Aerus de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008 será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:

- a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.
- b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução de parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o valor pactuado no presente instrumento.



NOTAS EXPLICATIVAS (SUMÁRIO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de setembro e de 30 de junho de 2004

(Expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Fernandes dos Santos
Presidente

Jorge Luiz Gouvêa
Vice-Presidente

Eduardo Nascimento Araújo

Gesner José Oliveira Filho

Harro Fouquet

Reynaldo Vilardo Aloy

Waldir Luiz Correa

COMITÊ EXECUTIVO

Carlos Luiz Martins Pereira e Sousa
Diretor Presidente

Alberto Fajerman
Vice-Presidente Executivo Comercial e Planejamento

Miguel Dau
Vice-Presidente Operacional e Técnico

Luiz Fernando Gusmão Wellisch
Vice-Presidente de Administração e Financeiro

DIRETORIA

Ricardo José Bullara
Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

Faustino Albano Pereira Junior
Diretor de Marketing

José Dolabela Portela
Diretor de Atendimento ao Cliente

Marcelo William Bottini
Diretor de Vendas

Agostinho A. P. Leite Neto
Contador
CRC-SP –159.319-S/RS
CPF 047.866.998-45



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e Administradores da
“VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)
Porto Alegre – RS

Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITRs da “VARIG”, S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2004, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas. Nossa responsabilidade é emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas Informações Trimestrais-ITR.

- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

- 3 Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais – ITR referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à divulgação das Informações Trimestrais - ITR.

- 4 A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos, e em 30 de setembro de 2004 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.710.645 mil (R\$2.182.048 mil em 30 de junho de 2004) e o passivo a descoberto era de R\$6.661.974 mil (R\$6.923.745 mil em 30 de junho de 2004). Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na nota explicativa nº 1. Em 30 de setembro de 2004, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$342.376mil (R\$328.050 mil em 30 de junho de 2004), de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2004 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

As Informações Trimestrais – ITR (controladora e consolidado) possuem dados contábeis relativo ao trimestre findo em 30 de junho de 2004, que foram por nós revisados, e o nosso relatório de revisão especial emitido em 13 de agosto de 2004, contém parágrafo de ênfase similar ao assunto mencionado no parágrafo 4. As demonstrações de resultado (controladora e consolidado) referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2003, foram revisadas por outros auditores independentes, e o relatório de revisão especial, emitido em 14 de novembro de 2003, contém parágrafo de ênfase similar ao assunto mencionado no parágrafo 4.

São Paulo, 10 de novembro de 2004

Orlando Octavio de Freitas Jr.
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4
Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

As folhas das ITRs, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.